

**SANEAMENTO**

# O grito das cidades, dos pobres e do ambiente

Anthony de Christo  
de São Paulo

Três anos depois de lançado o livro "O Mistério do Capital — Por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo", as idéias do autor, o economista peruano Hernando de Soto, postado à direita no espectro político, continuam percorrendo o planeta. E chegaram ao Brasil pelas mãos de alguns integrantes do governo Lula. Ele propõe o "capitalismo popular", pretende trazer para o ambiente formal os bens imóveis sem título de posse — os milhões de casas de periferia e barracos de favelas — e os negócios extra-legais dos pobres dos países subdesenvolvidos, transformar esse capital "morto" em combustível para o crescimento capitalista. Segundo de Soto, isso requer transformar um sistema jurídico astucioso, porém anacrônico e inexequível.

Um trabalho que não se faz em cem dias. Antes de dois anos, o governo não conseguirá pôr em prática o programa de regularização fundiária, semelhante ao de de Soto, anunciado pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Segundo a secretária-executiva do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato, é quanto leva para mapear áreas invadidas, identificar os entraves do processo e montar estratégias.

Nem é o único desafio posto nas mãos do ministro Olívio Dutra. Marcado por séculos de políticas municipais ou regionais, o saneamento básico — irmão siamês da habitação — está desregulado desde o final dos anos 1980. "Patinho feio" do processo de privatização posto em marcha por FHC, vive em emaranhado legal é só perdeu os nós, à custa de uma tesourada de Dutra, em meados de fevereiro, com a retirada do Parlamento do projeto de lei nº 4.147, colcha de retalhos que tentava cobrir o conflito entre a duvidosa viabilidade econômica do setor e a necessidade de universalizar os serviços de água e esgotos.

Recortada a colcha nos seus devidos retalhos, governo, empresas privadas, companhias estatais, mu-

nicipais e associações de trabalhadores começam a discutir uma política setorial. Mas todos concordam que não será possível adotar modelo único no País, com ou sem privatização, por sua diversidade.

Também deve-se considerar que, dos cerca de 130 milhões de habitantes urbanos, 100 milhões são atendidos por empresas estaduais. Estimam os especialistas financeiros da área que menos de 40% desse mercado pode ser rentável a ponto de sustentar com saúde as prestadoras de serviços, privadas ou estatais. Aí começa o desafio para o restante do mandato presidencial.

### Política de inclusão social

Quando se pensa em saneamento básico como política de inclusão social, somam-se áreas que não têm acesso a água, esgoto e educação (no sentido de cidadania) e que precisam ter políticas de saúde que invistam em saneamento a fundo perdido. Nos debates sobre a cobrança pelo uso da água, deve-se lembrar que a grande consumidora é a irrigação, com baixa capacidade de taxação por volume, e que o principal usuário é o setor energético, hoje isento. A cobrança não resolverá os problemas das regiões pobres.

No Ministério da Saúde, a idéia do ministro Humberto Costa é transferir as ações de vigilância epidemiológica, hoje exercidas pela Fundação Nacional da Saúde (Funasa), para uma secretaria. A Funasa continuará cuidando do saneamento, contracenando com o Ministério das Cidades. Seriam necessários R\$ 40 bilhões, segundo o governo, para levar saneamento a toda população. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou em campanha que quer a iniciativa privada como parceira.

É uma tarefa de longo prazo, que Humberto Costa reconhece não poder cumprir em apenas um mandato presidencial. Especialistas e fontes do governo estimam que se estenderia por pelo menos uma década. Costa insiste que um programa de saneamento tem de levar em conta os critérios epidemiológicos e os indicadores de saúde.

MERCADO RESTRITO					
Receita operacional e quantidade de ligações de água ativas no Brasil					
Região	Receita (R\$ milhões)	%	Ligações (milhões)	%	Receita (R\$/ligações/ano)
Norte	-250,2	2,1	0,9	2,3	276,4
Nordeste	1.550,8	13,1	7,4	18,6	210,8
Sudeste	7.374,9	62,3	22,3	56,4	330,5
Sul	1.888,2	16,0	6,3	15,8	301,3
Centro-Oeste	768,8	6,5	2,8	6,9	279,9
Brasil	11.832,9	100,0	39,6	100,0	298,9

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, 2001